

Marco Antonio Perruso¹

Pedagogia freireana e marxismo: a formação política na Via Campesina Brasil

Introdução²

Nos últimos anos vários movimentos sociais rurais brasileiros passaram a desenvolver uma preocupação notável com a juventude. Podem ser citados neste processo eventos como o I Congresso Nacional da Juventude Rural, em 2000, e os Seminários da Juventude da Via Campesina, em 2006 e 2007 (MARTINS, 2009: 14-15 e 17). No caso do MST, um dos mais ativos movimentos sociais rurais do país, a questão da juventude passou a ser privilegiada a partir de 1999, quando é elaborada uma “Proposta para a Organização da Juventude” (GOHN, 1999 *apud* MARTINS, 2009: 160). Alguns estudos a respeito passaram a ser realizados, abordando-se, inclusive, o tema correlato da formação política voltada para a juventude, ainda que escassamente, embora o assunto costume ser tratado como prioridade pelas organizações dos movimentos (GUEDES, 2008: 19).

A formação política nos movimentos sociais, bem como nas organizações políticas de esquerda, pode envolver certas dimensões – formação político-ideológica propriamente dita, educação sindical, educação formal, capacitação técnica/profissional – muitas vezes entrelaçadas no cotidiano da militância política e social: “Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológica...” (MANFREDI, 1994: 290).

E nas palavras de uma militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), atuante no setor de formação política, mas originária do setor de educação do movimento: “Transitei entre os dois. Existe uma relação muito próxima, né? Cada um tem um recorte nesse sentido, mas a

¹ Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ. E-mail: trogoa@bol.com.br.

² Este artigo origina-se de pesquisa coordenada pela Prof^a. Elisa Guaraná de Castro na UFRRJ: Juventude e Práticas Políticas na América Latina - análise da construção e reordenação da categoria “juventude” como representação social e política nos movimentos sociais em países da América Latina. Agradeço às colegas Elisa Guaraná de Castro e Roberta Lobo, ao CNPq e à FAPERJ pelo apoio, à pesquisadora Maíra Martins e aos bolsistas de iniciação científica Ana Karolina Andrade Leones, Joyce Gomes de Carvalho, Marlise Mirta Rosa e Tarcio Leal Pereira.

concepção e a base são as mesmas, no sentido da formação. Educação e formação são muito ligadas..." (Entrevista, 2010).

O deslizamento semântico entre formação e educação é recorrente; e revelador, a meu ver, de que a separação entre ambas as noções é antes analítica que real. De qualquer maneira, trato no presente artigo do que comumente se entende por formação político-ideológica.

Os movimentos sociais rurais que são objeto deste trabalho são dois dos mais estruturados que compõem a Via Campesina Brasil: o já citado MST (surgido em 1984) e o MAB (criado em 1991).³ Sendo assim, não há aqui a pretensão de analisar exaustivamente a formação política na Via Campesina Brasil, mas sim experiências que têm peso significativo entre a gama de movimentos que a compõem. A Via Campesina Brasil faz parte da Via Campesina (fundada em 1993) em nível internacional e da CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo, datada de 1994) em nível continental. Tais organizações já possuem uma orientação política bastante definida.

As atividades de formação política de algumas das organizações da Via Campesina Brasil vêm se intensificando: "É marcante a preocupação em atrair e educar/formar jovens. Cursos de jovens são cada vez mais comuns, inclusive em nível nacional" (VAINER & VIEIRA, 2010: 207). Um dos momentos mais importantes desse processo é a construção da sede da Escola Nacional Florestan Fernandes pelo MST, inaugurada em 2005 em Guararema/SP.

Obviamente, as atividades de formação política da Via Campesina Brasil, do MST e do MAB estão vinculadas às respectivas orientações políticas, de resto bastante próximas, configurando uma mesma cultura política, herdeira "do marxismo revolucionário latino-americano [...], da Teologia da Libertação, das lutas democráticas contra a ditadura militar [...] e de movimentos ecologistas e libertários pós-marxistas." (VAINER, 2001 *apud* VAINER & VIEIRA, 2010: 198). Além disso, tais movimentos sociais possuem grande coesão interna, razão pela qual podem ser investigadas também como organizações políticas, desde que numa perspectiva não-eleitoral.

Foi muito significativa a influência dos setores da Igreja católica ligados à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à CPT (Comissão Pastoral da Terra) na formação da primeira

³ Comumente o MST é considerado um dos maiores movimentos sociais do mundo (KUCINSKI, 2002, p. 48; TANEZINI, 2004, p. 52), o que indica ser verossímil a impressão de seu protagonismo político na Via Campesina Brasil, bem como de sua relevância na Via Campesina Internacional. Alguns outros movimentos e entidades componentes da Via Campesina Brasil são: MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT (Comissão Pastoral da Terra), PJR (Pastoral da Juventude Rural), CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil).

geração de militantes do MST. Nesse processo, a ideologia marxista também se fez marcante desde seu início (FLORESTA, 2006 *apud* MARTINS, 2009: 149). A proximidade ideológica com o marxismo se aprofundou a partir dos anos 1990 e caminhou junto com algum distanciamento desse cristianismo católico de esquerda (MARTINS, 2009: 134 e 151) – fenômeno que ainda está para ser devidamente estudado. O imbricamento destas matrizes ideológicas promovido pelo MST e também pelo MAB é instigante e configura-se no fator mais importante para a investigação sobre a formação política na Via Campesina. Por um lado, a matriz cristã, corporificada notadamente pelas concepções e metodologias pedagógicas de Paulo Freire (por vezes conhecida como “educação popular”, muito influente desde os anos 1970), é bastante marcante ainda:

O discurso sobre disciplina, estudo, organização, ecumenismo é o mesmo utilizado pelas CEBs. Essa herança da Igreja pode ser constatada na estrutura da organização – o caráter colegiado das instâncias de decisão, a divisão por Estados, o espírito de sacrifício e a centralidade da mística e eventos dotados de forte caráter simbólico. (FLORESTA, 2006 *apud* MARTINS, 2009: 151)

Por outro lado, a inflexão marxista ocorrida nos últimos anos consubstancia, na dimensão pedagógica das atividades educativas e formativas do MST, em particular, e da Via Campesina Brasil, em geral, a busca de uma síntese, a Pedagogia do Movimento, como indicado por Roseli Caldart,⁴ uma das principais intelectuais engajadas nesse processo: “arriscamos esta nova síntese, que traz a luta social, combinada com a organização coletiva, como matriz formadora constituinte do Movimento Social como sujeito pedagógico...” (CALDART, 2006 *apud* MARTINS, 2009: 137).

Neste diapasão, faz-se necessário revisitar as tradições marxista/comunista e freireana no que tange às suas experiências no campo da formação política na história da sociedade brasileira contemporânea. A seguir, proponho dois tipos ideais de concepção de formação política, buscando, posteriormente, comparar as características neles contidas com algumas iniciativas de formação política no âmbito da Via Campesina Brasil, notadamente no MST e no MAB.

A formação política na esquerda pecebista

O impacto da trajetória da formação política praticada pelo PCB (Partido Comunista do Brasil) nos movimentos sociais brasileiros é

⁴ Assessora Pedagógica do ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.

duradouro, face à sua hegemonia na história da esquerda brasileira até fins da década de 1960. Sigo aqui a avaliação de Silvia Maria Manfredi:

acreditamos que a experiência do Partido Comunista, dos anos 50, tenha influenciado tanto conceitual quanto metodologicamente a atuação dos demais grupos de esquerda no âmbito da formação político-sindical, no movimento operário-sindical nos anos subsequentes. Arriscar-nos-íamos a dizer que tal influência se espraia até nossos dias, apesar de ser mais difusa e menos explícita. (MANFREDI, 1996: 50)

Contudo, os trabalhos historiográficos e sociológicos a respeito da formação política pecebista ainda hoje são poucos, o que é certamente motivado, entre outros fatores, pelas óbvias dificuldades em rastrear informações sobre uma ação interna de um partido obrigado à clandestinidade durante grande parte de sua existência. As atividades de formação política no PCB, registre-se, remontam ao decênio que viu seu nascimento (anos 20 do século passado), quando já eram enviados dirigentes seus para escolas comunistas no exterior (RUBIM, 1998: 311).

Provavelmente, o primeiro órgão de formação pecebista surgiu entre 1945 e 1946, chamado Escola Nacional de Formação de Quadros. Contava com professores que eram dirigentes partidários e um ou outro especialista de ramos da política. Os conteúdos ministrados centravam-se nas orientações políticas do PCB e no marxismo. As atividades dessa escola não eram centralizadas num local específico, pelo contrário: se espalhavam por casas de militantes e simpatizantes, tendo chegado à ordem de algumas dezenas (MANFREDI, 1996: 49-50). A partir de 1947, começam a ser realizados os cursos Lênin e Stálin, estes últimos destinados a dirigentes intermediários - as lideranças mais destacadas participavam de cursos de formação na União Soviética. Alguns dos principais materiais utilizados nos cursos do PCB provinham do Partido Comunista da chamada Pátria do Socialismo (PCUS): livros de Stálin (*Fundamentos do Leninismo* e *O Partido*), a Biografia de Stálin, História do PCUS, além do Manifesto Comunista de Marx & Engels. Calcula-se que quase cinco mil alunos passaram por estes cursos - realizados normalmente em regime de internato, com rígida disciplina - apenas na primeira metade da década de 50. Logo a seguir eles são extintos, uma vez que após a morte de Stálin e as denúncias contra o então Guia Genial dos Povos, as polêmicas e indagações a respeito no interior do PCB se desencadeiam, o que incomodava os dirigentes pecebistas. Sendo as escolas de formação espaços sobretudo de uniformização da orientação partidária, sua função primordial deixara de ser possível (MANFREDI, 1996: 51-53; RUBIM, 1998: 311 e 344).

Entre os estudiosos da formação política pecebista é recorrente a avaliação tão bem sintetizada por Pereira (2009: 3): “apresentava um caráter tradicional, no sentido de formação livresca, centrada na figura do professor como transmissor de conhecimento, dirigida, disciplinadora e teórica”. Já Paranhos (2005: 280) aponta que essa “pedagogia comunista” operava “um marxismo-leninismo de forma esquemática e padronizada”.

Tal experiência de formação política visava antes produzir homogeneidade na camada dirigente do PCB que estimular alguma capacidade de reflexão crítica autônoma. Para isto normalmente a formação implicava o privilegiamento da transmissão, para a militância, das diretivas políticas vigentes. Pouco se fomentava na direção de uma interpretação própria da realidade social brasileira. A Editorial Vitória, pertencente ao PCB (nascida em 1944 e fechada pela ditadura militar em 1964), publicou em escala pouco significativa ensaios e estudos a respeito do país, mesmo numa época em que interpretações originais emergiam. A já citada disciplina resultava num firme controle, exercido pelos dirigentes pecebistas, sobre conteúdos, educadores e educandos nas atividades de formação. A teoria marxista era comumente tratada de modo estático, esquemático, reducionista, como algo já acabado, enfim, em detrimento dos aspectos empíricos e singulares das lutas sociais dos trabalhadores. Assim (e conforme já mencionado), as obras utilizadas nos cursos de formação provinham da União Soviética, como, de resto, ocorria nos demais partidos comunistas no mundo. A revista Problemas (órgão teórico pecebista de 1947 a 1956), por seu turno, trazia mais frequentemente artigos de origem soviética. Obras que não coadunavam com esta orientação – como as de Trotsky, por exemplo – eram simplesmente interditadas dos cursos e atividades correlatas. Tampouco se dialogava com elaborações da esquerda marxista nacional que não se encontrasse no PCB ou a ele estivesse aliada (MANFREDI, 1996: 50-58; RUBIM, 1998: 319 e 328-332).

Analisando sob o prisma pedagógico a formação política pecebista que predominou na maior parte de sua trajetória enquanto força mais expressiva da esquerda brasileira, é possível verificar alguns elementos: dissociação entre teoria e prática; valorização da teoria, da ciência e de seu portador – o intelectual, o professor – numa perspectiva iluminista; concepção reprodutivista, no limite acrítica, do processo formativo; temor à polêmica; desconsideração do conhecimento popular que pode ser do domínio do formando; por isso mesmo depreciação da figura do formando, entendido apenas como um receptáculo do conhecimento científico – representado pelo marxismo, no caso (MANFREDI, 1996: 59-60). Tais características estavam relacionadas à extrema dependência que o PCB tinha em relação ao marxismo oficial de origem soviética, configurando uma clara situação de heteronomia intelectual. Desta

maneira, os intelectuais mais críticos não encontravam um ambiente muito amigável no interior do partido. Em geral, suas camadas dirigentes possuíam, inclusive, presença pouco significativa de intelectuais. Muitas vezes o PCB buscava apoio destes extratos sociais objetivando carrear o prestígio de alguns para o partido – configurando um uso “ornamental” do intelectual pela esquerda (RUBIM, 1998: 353-355).

Em contrapartida, importantes setores do PCB se mobilizavam contra o “dogmatismo predominante na mentalidade comunista”. (Santos, 2012: 31) Entre os militantes com tal atitude, pode-se destacar o dirigente Armênio Guedes, a respeito de quem Raimundo Santos assim pondera:

Para ele (e também para outros pecebistas da época), o dogmatismo não era apenas um descaminho devido à perda dos princípios doutrinários, mas um modo de pensar interposto à compreensão da realidade que ainda determinava a ação dos comunistas. No entanto, para Guedes, a abertura de vistas no PCB daquele momento de crise teórico-prática⁵ importava quebrar o elo principal do circuito das ideias marxistas-leninistas com as quais se movia o partido brasileiro no plano elaborativo. Um novo tipo de prática só adviria se a prática (tática) resultasse de uma elaboração intelectual com fins militantes referida ao mundo real, isto é, se resultasse de um cometimento destinado a incidir na política existente. Tal construção se contrapõe à tática sem referência na realidade efetiva, fixada por meio de uma formulação na qual a relação entre a teoria e a prática era mecânica, ou seja, unidas através da própria doutrina (SANTOS, 2012: 32).

O próprio Armênio Guedes afirmava peremptoriamente: “O dogmatismo no seio do PCB impediu-nos de refletir, no pensamento político, a realidade do país” (Guedes, 1957 *apud* Santos, 2012: 33). Tal diagnóstico conflui com o anteriormente registrado sobre a Editorial Vitória e as interpretações pecebistas do Brasil.

Não era fácil, todavia, enfrentar “este círculo doutrinário” que impossibilitava “o PCB de atuar como um partido de ação política, de participar da vida política realmente existente no país”, (Santos, 2012: 35) de maneira que a renovação intelectual pecebista não logra se desenvolver “de forma progressiva”, formando “intelectualmente áreas reduzidas”, sem se constituir “no partido como um *corpus* seminal ao qual pudesse se referir um amplo contingente de militantes” (Santos, 2012: 25).

⁵ Tal crise se originava de impactantes acontecimentos dados no plano internacional (o XX Congresso do PCUS, quando foram denunciados os crimes do stalinismo, em 1956) e no plano nacional (o suicídio de Vargas em 1954).

Para além das escolas oficiais do partido, parece ter havido difusas iniciativas de formação política, levadas a cabo pelas bases militantes pecebistas, que não necessariamente seguiam os parâmetros acima expostos. Neste sentido, Paranhos (2005: 280) destaca a atuação pecebista nos Comitês Democráticos de Bairros e no meio operário, evidenciando-se “que o PCB não constituía um 'bloco monolítico', mas abrigava, isso sim, diferentes perspectivas pedagógicas”. Já Saviani (2005: 25) assevera que “não se chegou a uma formulação mais clara de uma concepção pedagógica de esquerda por parte dos comunistas”. Ademais, o imenso trabalho de formação e educação desenvolvido pelo PCB efetivamente significou uma porta de acesso à cultura para muitos militantes e simpatizantes de extração popular, o que não é pouco em se tratando da histórica tradição de desigualdade de nossa sociedade.

De qualquer maneira, a experiência pecebista de formação política longe está de ser justificada por fatores conjunturais: ela não era a experiência unicamente “possível” na conjuntura do período, visto que conviveu com outras radicalmente diversas – como a dos trotskystas brasileiros da primeira metade do século XX, cujas atividades de formação comportavam muito maior autonomia intelectual, por exemplo (MANFREDI, 1996: 57 e 60-61).

“Educação popular” como formação política

Como é sabido, os movimentos sociais brasileiros, a partir dos anos 1960, passam a ser marcados também pela influência de setores não-marxistas situados crescentemente à esquerda no espectro político-ideológico, vinculados à Igreja católica, em particular, e ao cristianismo, em geral. Normalmente seus posicionamentos políticos eram críticos às estratégias e táticas pecebistas. A partir dos anos 1970/80, tais setores se articulam com as várias correntes e dissidências marxistas (em grande parte oriundas do PCB), que se multiplicavam desde o período da ditadura militar, e com a chamada militância sindical autêntica (concentrada originalmente no ABC paulista) para formar o PT (Partido dos Trabalhadores) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), novos polos hegemônicos da esquerda brasileira. Por conseguinte, novas referências surgiam nessa trajetória histórica da formação política no interior do campo dos movimentos sociais brasileiros:

[...] também comparecem nestas práticas [de formação política] as concepções e experiência da ação pastoral da Igreja católica, em particular da corrente alinhada na Teologia da Libertação. As Comunidades Eclesiais de Base constituíram [...] verdadeiras e importantes escolas onde se difundia o pensamento crítico, onde uma nova cultura política emergia. Esta [...] questionava as teorias “vanguardistas” que, segundo o pensamento

dominante nas esquerdas já na segunda metade dos anos 1970, teriam conduzido à derrota as tentativas de luta armada guerrilheira. A nova concepção, muitas vezes pejorativamente qualificada pelos marxistas-leninistas ortodoxos de “basista”, que defendia a organização e ação “pela base” como único caminho para conformar atores coletivos aptos a desafiar as estruturas sociais vigentes. (VAINER & VIEIRA, 2010: 188)

A atuação desses setores cristãos de esquerda privilegiava ainda mais centralmente a formação política e a educação dos setores populares brasileiros, então em processo de rearticulação político-social a partir dos anos 1970, após ter findado o ápice da repressão política ditatorial.

Neste sentido, as organizações ligadas à Teologia da Libertação, notadamente as CEBs e as Pastorais, dedicavam grandes esforços à “formação” dos pobres. O processo de formação aí inaugurado não tinha, contudo, o conteúdo e a metodologia da tradição comunista. Os cursos se baseavam em cartilhas e metodologias de “análise de conjuntura”, as quais se propunham a explicar como funcionava a realidade, a partir da compreensão das estruturas econômicas e sociais. O recurso ao pensamento marxista existia na apresentação da sociedade de classes, na explicação da injustiça a partir das estruturas econômicas. Os autores e textos marxistas, entretanto, quase não compareciam. (VAINER & VIEIRA, 2010: 190)

O antecedente imediato deste processo foi o Movimento de Educação de Base, surgido nos anos 1960 originalmente a partir da Igreja católica. A figura maior desses novos processos educacionais e formativos foi, e ainda é, o pedagogo Paulo Freire.

Foram inúmeras as iniciativas ligadas – em maior ou menor grau, permanentemente ou apenas em suas origens – a essa matriz político-pedagógica, várias atuantes até hoje, como é o caso da FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), uma das principais e mais antigas ONGs brasileiras. A título de exemplo, menciono uma importante organização, dedicada também à formação política, pertencente a essa vertente política e social, comumente chamada “educação popular” ou “educação de base”: o CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae*. Criado na década de 70, continua atuando junto a movimentos sociais, inclusive o MST: “em 1977 [...] incorporou [...] a vertente popular do trabalho educativo, com o objetivo específico de fazer formação política voltada à organização das classes populares na perspectiva da transformação social” (SOUZA, 2000: 23).

Na análise de um importante membro do CEPIS, o educador Ranulfo Peloso, sua trajetória é relacionada às transformações por que passava a esquerda brasileira a partir dos anos 1960/70, às imbricações da Teologia da Libertação com o marxismo e à configuração de uma nova perspectiva de formação política:

Há 27 anos, o CEPIS realiza uma assessoria militante. Quer dizer: pela mesma causa popular e, com a mesma inspiração, quer contribuir para despertar e reforçar o protagonismo do movimento popular. Esse compromisso com a autonomia significa tomar posição e preservar a necessária distância crítica que ajuda educadores/as e educando/as a ficar sempre alertas contra o teorismo e o pragmatismo. [...] Então, historicamente, o CEPIS:

[...] Nasceu no momento de ascenso das lutas populares, precedido de um vigoroso mutirão de formação básica, em todos os espaços, especialmente nas CEBs, animadas pela Teologia da Libertação e pelos educadores marxistas. (PELOSO, 2007: 46-47)

A bibliografia a respeito da “educação popular” ou “educação de base” é por demais vasta para ser retomada devidamente neste pequeno artigo, razão pela qual registro uma breve introdução a respeito, bem como algumas pontuações de autores do campo pedagógico. Opto, então, por uma caracterização ligeira a partir de suas intenções, que posteriormente serão avaliadas em sua efetividade quando me debruçar sobre sua influência na formação política da Via Campesina Brasil.

As origens da “educação popular” remontam à obra de Paulo Freire. Esta origina-se da cultura política nacional-desenvolvimentista recorrente no Brasil dos anos 1950-60 (PAIVA, 2000: 99-109), da qual se afasta progressivamente, na medida em que as preocupações freireanas com a afirmação do Estado-Nação brasileiro e com a correspondente modernização de nossa cidadania monitorada pela via da educação (PAIVA, 2000: 124-136) vão sendo substituídas por um olhar que privilegia as culturas e experiências populares, ainda que se mantendo vinculada às suas origens no personalismo cristão e no existencialismo (PAIVA, 2000: 152-166; SAVIANI, 2005: 17). Esta transformação na trajetória freireana acompanhava a radicalização política por que passava as esquerdas no Brasil nos anos 1960, bem como a Igreja católica na América Latina (SAVIANI, 2005: 17-18), se desdobrando na sua Pedagogia do Oprimido.

O primeiro princípio de formação política desta matriz freireana seria a autonomia da militância (dos formandos/educandos, portanto),

ênfatizando-se as próprias análises e formulações, o que remete a um processo de operação do conhecimento que é antes construção de algo novo do que apreensão do pré-existente, elaborado *a priori*. Tal autonomia do fazer e do conhecer certamente em parte se origina de postulados da Teologia da Libertação, advindas da “experiência da Ação Social Católica nos anos 50 e 60” do século XX, “especialmente entre a classe operária francesa, e de seu método *ver-julgar-agir*”, que “ajudou a construir a ideia de que era preciso desenvolver uma compreensão crítica da realidade e uma ação transformadora da mesma” (Vainer & Vieira, 2010: 190 – itálico do original). Por outro lado, a ênfase na autonomia pode ocultar a presença, nestes processos pedagógicos, de uma instituição fortemente hierarquizada como a Igreja católica (MARQUES, 2008: 101).

Tal princípio da autonomia é exemplarmente apresentado por outro expoente dessa matriz: o antropólogo e educador Carlos Rodrigues Brandão. A autonomia implicaria

uma proposta de *conscientização* para que se realize algo a ser descoberto e coletivamente construído entre os dois pólos do ato de educar, no interior da própria prática de educação. Uma educação que passa a ser compreendida como uma tarefa comum que se constrói cada vez que realiza e que, portanto, não pode ser “ensinada”. O momento de construção coletiva de um novo saber popular já é um trabalho político e, portanto, liberador. Mas é também um meio através do qual o sujeito que “se educa” torna-se consciente do que é, do que faz e do que pode fazer, das condições em que vive e do que deve realizar para transformá-las. (BRANDÃO, 1984: 29 – itálico do original)

Tal processo pedagógico não poderia se encerrar no plano intelectual: “Não é apenas um conhecimento crítico da realidade social em termos sociológicos e operativos”; necessariamente deve atingir a dimensão política propriamente dita: “construção coletiva das ideias de base que dão sentido tanto à crítica da ordem vigente”, bem como a “disposição popular de transformá-la segundo os termos da experiência histórica das classes populares” (BRANDÃO, 1984: 32).

Fica demarcado também que o protagonismo desta dupla dimensão pedagógica e política concentrar-se-ia no educando, isto é, no militante, não no formador que supostamente deteria o conhecimento. Aqui, a pretensão da matriz freireana distancia-se sobremaneira do ensino – e da formação – tradicional (inclusive na versão pecebista da formação política), uma vez que

almeja que os sujeitos populares junto aos quais trabalha tornem-se operativamente capazes de construir uma outra

cultura [...]. Ela realiza os seus objetivos quando os educandos aos quais se dirige: 1º apropriam-se do exercício do controle de sua própria educação, como sujeitos ativos e participantes de uma prática onde o educador passo a passo recua à posição de auxiliar de um trabalho popular de criação de saber; 2º tornam-se capazes de transferir para esferas sociais e políticas mais relevantes, atitudes coletivas, conscientes e livres. Atitudes ativamente políticas que os realizem como sujeitos dirigentes de uma prática de classe apontada para a transformação da própria ordem da vida social. (BRANDÃO, 1984: 33)

Portanto, “a liderança do trabalho” pertence “ao próprio grupo com quem trabalhamos. Consequência de nossa afirmativa de que ele é o sujeito e não objeto” (BRANDÃO, 1984: 37). Neste sentido, a matriz freireana valoriza os saberes, os conhecimentos e as culturas populares, considerados necessários à realização de um processo de conhecimento verdadeiramente efetivo – o que pode ser apontado como um segundo princípio da “educação popular”. E que necessariamente leva a uma crítica das concepções iluministas e de suas hierarquizações do conhecimento a partir da valorização da ciência institucionalizada e reconhecida enquanto tal:

Será necessário verificar que, ao reverter o modo de pensar e por em prática um *trabalho de ensinar*, cuja principal característica é o cumprir-se junto às classes populares, essa educação se descobre como um campo de relações sociais entre diferentes categorias de agentes. Algo que tem a ver com a produção de um *novo saber*, no interior de uma *nova cultura*, muito mais do que com a pura e simples transferência de um saber consagrado e hegemônico de um pólo ao outro dos atores de uma sociedade desigual. [...] Impossível compreender o significado da educação popular sem investigá-lo no interior de um sentido de *história* e de uma *cultura popular* [...] (BRANDÃO, 1984: 18 – itálicos do original)

Em artigo versando sobre a “metodologia popular” de Paulo Freire, escrito – em linguagem coloquial – para fins de formação política,⁶ creio que se pode perceber ainda melhor este segundo princípio da “educação popular”:

E estar com outros significa necessariamente respeitar nos outros o direito de dizer a palavra. Aí, começa o embanamento para quem tem uma posição nada humilde,

⁶ O artigo é de responsabilidade coletiva da equipe do CEPIS em maio de 2005: Celeste Fon, Ranulfo Peloso, Renata Paes, Rubens Paolucci Jr. e Sérgio Abreu.

quem pensa que conhece toda a verdade. Para elas só tem um jeito – **fazer a cabeça** de quem não tem a verdade.

[...] Numa posição autoritária, é evidente que o educador [...] fala ao povo, fala ao estudante, e não com o povo e com o estudante.

O terrível é ver um montão de gente se proclamando de esquerda e continuar **falando ao povo e não com o povo**, numa contradição extraordinária com a própria posição de esquerda. Porque o correto da direita é **falar ao povo**, enquanto o correto da esquerda é **falar com o povo** (CEPIS, 2005: 26 – negritos do original).

O que é preciso é encarnar esse princípio quando a gente se aproxima da massa popular arrogantemente, elitisticamente, para **salvar a massa inculta, incompetente, incapaz!** Essa é uma postura absurda, até porque não é científica. Há uma sabedoria que se constitui na massa popular, pela prática. (CEPIS, 2005: 32 – negritos do original)

A valorização dos saberes populares na “educação popular”, contudo, pode ser indício de uma desconsideração com “a apropriação dos conteúdos do saber sistematizado” (Marques, 2000: 70). Bem como, mesmo, de um desprezo pela “cultura erudita” e pelas “formas mais desenvolvidas do conhecimento [científico]” (DUARTE, 2011: 135). Como sintetiza Saviani (2005: 36) a respeito da “pedagogia libertadora” de Paulo Freire: “ela valoriza o interesse e iniciativa dos educandos, dando prioridade aos temas e problemas mais próximos das vivências dos educandos sobre os conhecimentos sistematizados.”

Um terceiro princípio seria decorrência desse segundo: a consideração dos processos pedagógicos e epistemológicos como eminentemente políticos – o que tornaria inviável tratar conhecimento e ciência como neutros. Estes seriam necessariamente operados subsumidos à experiência histórica de politização das classes populares.

Por fim, é recorrente na “educação popular” uma crítica à homogeneidade e à pretensão à universalidade presentes nos processos pedagógicos em geral – neles incluídos, pode-se asseverar, os processos formativos associados à tradição pecebista. Esta “não-uniformização de modelos” (BRANDÃO, 1984: 13) constituiria um quarto princípio, que remete à contextualização dos procedimentos educativos pelas culturas e realidades populares – singulares, particulares, específicas – dos sujeitos militantes formandos: “eis um tipo de educação que se defende de operar sobre ideias, propostas, métodos e práticas únicos e se possível,

consagrados, cuja generalização sugerisse o uso de experiências iguais para contextos diferentes.” (BRANDÃO, 1984: 14)

A ênfase nos conhecimentos e nas culturas populares demarca, ainda, a menor importância do acúmulo histórico político-ideológico do marxismo para esta matriz de formação política – ao menos o marxismo em seu veio eurocêntrico⁷ e clássico. Ao contrário dos partidos comunistas de linha bolchevique, extremamente tributários da experiência soviética e do marxismo do séc. XIX,⁸ a nova cultura política petista e cutista da esquerda brasileira pós-anos 1960, onde grassou a “educação popular” ou “educação de base”, era antes tributária da Teologia da Libertação e do marxismo revolucionarista latino-americano. Outros aprendizados históricos das classes populares eram acionados por essa nova vertente política (PERRUSO, 2008: 146).

As marcas dessa matriz de formação política são fortes ainda hoje nos movimentos sociais da Via Campesina Brasil, inclusive em suas elaborações originais e mais recentes que retomam referenciais marxistas clássicos – inflexão já apresentada preliminarmente no início do presente artigo. Tais marcas residem, por exemplo, no vocabulário típico da pedagogia freireana que, volta e meia, é encontrado em documentos internos dedicados à formação política do MST: “tempo trabalho de base”, assim, seria “o nome que damos ao trabalho desenvolvido entre um encontro e outro dos jovens para estudo coletivo. Um trabalho que reforçaremos a importância do estudo disciplinado, sistematizado e a relação do mesmo com a realidade” (ENFF/MST, s.d.a: n.p.). O “tempo trabalho de base”, por sua vez, tem sentido no interior da chamada “pedagogia da alternância”, a qual “combina um tempo na escola (alguns meses) com um tempo de volta à comunidade (o restante do ano). As tarefas escolares são desenvolvidas levando em conta estes ‘tempos’.” Além disso, esta pedagogia relaciona “mais diretamente o currículo dos cursos com as demandas concretas de formação dos participantes, à medida que implica um ir e vir constante entre a prática e a teoria, entre a escola e a comunidade, entre o ensino e o trabalho/família” (VAINER & VIEIRA, 2010: 189). A ênfase na “base” e na realidade concreta dos sujeitos formandos denuncia o parentesco entre as pedagogias freireana e da alternância.

⁷ Utilizo o conceito de eurocentrismo a partir de Aníbal Quijano, o qual implica uma perspectiva onde se compreende a experiência europeia como modelar e que, portanto, analisa outras realidades a partir daquela experiência e de suas matrizes de pensamento correspondentes, distorcendo aquelas realidades, tendo como resultado uma reflexão evolucionista, etapista, unilinear, homogeneizante e dualista (QUIJANO, 2005: 10-15 e 22-24).

⁸ No que tange ao PCB, e em seu favor, deve-se reiterar a movimentação antidogmática e antidoutrinista promovida por setores do partidos, como já indicado a partir de Santos (2012).

Dois tipos ideais de formação política

A partir das referidas experiências históricas da formação política pecebista e da “educação popular”, apresento sucintamente, seguindo os parâmetros metodológicos consagrados por Weber (1999), dois tipos ideais de concepção político-pedagógica.⁹ Ressalto, portanto, algumas características das duas matrizes, assim tipificadas, de maneira a opô-las antiteticamente.

O tipo ideal pecebista¹⁰ remeteria a uma formação política com as seguintes propriedades: a) disciplinadora e tradicional – pois centrada na figura do transmissor do conhecimento, o professor, normalmente um intelectual marxista; b) reprodutora e homogeneizadora, de modo que os formandos – muitas vezes jovens – devem ser capacitados a prosseguir com o legado e a orientação de sua organização política, dirigida por militantes mais antigos; c) teoricista, cientificista e dogmática (os conteúdos ministrados devem ser antes recepcionados que problematizados a partir das experiências concretas dos formandos); d) centrada na experiência da Revolução Russa, portanto eurocêntrica e, de alguma maneira, heterônoma; e) conseqüentemente, marxista ortodoxa, seja nas versões bolchevique/soviética (marxista-leninista), stalinista ou mesmo trotskysta, seja em exegeses marxistas realizadas a partir de Lukács e outros autores considerados clássicos.

O tipo ideal “educação popular” implicaria uma formação política: a) autonomista e horizontalizante, já que privilegiadora de um esforço de desenvolvimento, por parte do educando/formando, de um espírito crítico, questionador; b) valorizadora dos saberes e culturas populares, entendidos como contextualizadores do processo de construção de conhecimento, no qual se insere uma absorção não-subalterna da ciência consagrada – aqui um veio romântico e culturalista revela-se mais claramente; c) centrada nas capacidades de aprendizado dos educandos/formandos, sempre em interação com suas realidades, portanto, focada necessariamente nas experiências de luta das classes populares, que seriam as verdadeiras protagonistas dos processos de transformação social; d) por conseguinte, singularista, visto que o processo formativo está subordinado a cada cultura/experiência popular; e) menos preocupada com a transmissão de conteúdos; f) influenciada pela Teologia da Libertação, pelo marxismo latino-americano e pela

⁹ A respeito das concepções pedagógicas presentes na história da educação brasileira, inclusive com implicações nas experiências de formação política, veja-se Saviani (2005).

¹⁰ É possível que este tipo ideal se refira – antes ou também – a uma formação doutrinária, puramente teórica, de escopo mais restrito e preciso do que a formação político-ideológica concebida em termos mais amplos e descontínuos, aqui tratada. Tal distinção exigiria novas investigações e análises que extrapolam os limites deste artigo.

renovação pluralista do pensamento de esquerda no mundo desde o Maio de 68.

Para maior clareza, veja-se o quadro comparativo a seguir:

Tipo ideal pecebista	Tipo ideal “educação popular”
pedagogia tradicional	pedagogia autonomista
tendência à homogeneização	centramento no saber popular
ênfase nos conteúdos teóricos	ênfase nas capacidades do educando
	secundarização dos conteúdos
eurocêntrica	singularista
marxista ortodoxa	esquerda pluralista

A seguir, será verificada e mensurada a incidência das características pertencentes ao aludidos tipos ideais em atividades de formação política da Via Campesina Brasil.

A formação política na Via Campesina Brasil

Quando o MST surge em 1984, suas referências de formação política eram as do campo cutista/petista então em ascensão, muito mais próximo da matriz freireana e bastante crítico à tradição pecebista – até porque os setores marxistas dissidentes que faziam parte daquele emergente campo estavam envolvidos com a “educação popular” e também se opunham ao dito reformismo do PCB.¹¹ Paulatinamente, o MST, em processo de crescimento, passa a dar seus primeiros passos rumo a uma formação política própria (VAINER & VIEIRA, 2010: 194; Floresta, 2006 *apud* Martins, 2009: 162-163), o que é confirmado pelo relato de uma militante que atua na Escola Nacional Florestan Fernandes:

Em 86, 87, eu participo de um curso de formação política, de monitores [...]. Foi o primeiro organizado pelo Movimento dos Sem Terra. Até esse curso todo nosso processo de formação se

¹¹ Em Manfredi (1994: 290-308) encontra-se importante análise sobre os primórdios da educação sindical e da formação política do campo cutista. Veja-se, a respeito, também: Vainer & Vieira: 2010.

dava muito a partir das escolas sindicais [...] ligadas ao antigo, finado Departamento Rural da CUT. E, também, das formações ligadas à Igreja [Católica] em algumas regiões. [...] Não tinha uma formação ainda muito definida do movimento, própria. Só a partir de 90 que a gente consolida uma formação do MST. (Entrevista, 2010)

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que teve sua sede inaugurada em 2005, em Guararema/SP, é um marco na consolidação da formação política própria do MST, bem como da Via Campesina Brasil. Mas desde 1990, segundo o citado relato da militante, o movimento inicia um curso básico de formação política que ocorre semestralmente ou anualmente até os dias de hoje.¹² E naquela década – quando a ENFF funcionava provisoriamente em Caçador/SC – o MST já ministrara cursos de formação política a mais de mil jovens militantes. No decênio seguinte estas atividades se ampliam e se descentralizam, atingindo um público cada vez maior – em torno de 50 mil formandos – em vários estados brasileiros, inclusive setores da juventude urbana, por meio do Programa Nacional de Formação da Juventude da Classe Trabalhadora (MEDEIROS, 2002 *apud* MARTINS, 2009: 163 e 167; VAINER & VIEIRA, 2010: 203).

Já o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), outro importante movimento social rural que compõe a Via Campesina Brasil, não possui uma escola de formação propriamente, mas uma política de formação, sistemática a partir de 2001 (Guedes, 2008: 5) – lembre-se que este movimento nasceu apenas em 1991. Seus militantes costumam participar das atividades de formação política da Via Campesina Brasil e do MST, evidenciando o protagonismo deste último na rede de movimentos sociais rurais brasileiros aqui tratada.¹³

A relevância da formação política é ressaltada de modo constante nas organizações pertencentes à Via Campesina Brasil:

A formação deve ser um processo permanente, para assimilar os objetivos e capacitar a militância, para intervir na realidade em que vive para transformá-la; o ponto de partida da formação deve ser a prática social. A partir dela, ter acesso à teoria para que esta possibilite compreender, orientar e corrigir, voltando à prática, construindo assim um movimento permanente prática-teoria-prática; além de contribuir com o

¹² A entrevistada chega a afirmar: “Impressionante, agora que eu tô me dando conta. Eu acho que é o primeiro curso na história da esquerda do Brasil [a ter duração ininterrupta tão longa]” (Entrevista, 2010).

¹³ A militante do Movimento dos Atingidos por Barragens assim se expressa em sua entrevista: “E sempre nos cursos do MST, da Via Campesina, o MAB está presente” (Entrevista, 2010). A metonímia presente na frase é autoexplicativa.

desenvolvimento da prática, a formação tem por objetivo desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do MST; [...] os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultar em firmeza ideológica, dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST. (Bogo, 2003 *apud* Martins, 2009: 141)

Na formulação acima de Ademar Bogo, outro importante intelectual do MST, é possível verificar uma definição de formação política que contextualiza a teoria em função da prática - o que sem dúvida a aproxima do tipo ideal "educação popular" no que tange à centralidade da realidade dos formandos como ponto de partida do processo de aprendizado; e a distancia do tipo ideal pecebista quanto a uma valorização *per se* da teoria. Por outro lado, o papel da formação em "garantir a unidade política e ideológica" revela seu sentido homogeneizador da militância, característica do tipo ideal pecebista - e o mesmo pode ser afirmado em relação à importância do domínio do conhecimento científico consagrado. Estas duas propriedades reaparecem conjugadas na elaboração de outro intelectual orgânico do MST, Adelar João Pizetta (já mencionado anteriormente), quando aponta como um dos princípios da Escola Nacional Florestan Fernandes o uso do "conhecimento científico para fortalecer e obter maior clareza sobre os princípios políticos, organizativos, zelando sempre pela unidade política e ideológica..." (PIZETTA, 2007: 248).¹⁴ Alguma subordinação da teoria à prática reemerge na sequência, ao asseverar que a ENFF "não pode ser uma escola voltada para manuais e programas de formação estáticos" (PIZETTA, 2007: 248). E é reiterada na própria definição da Pedagogia do Movimento do MST:

A Pedagogia do Movimento tem como princípios fundamentais: a relação entre teoria e prática que leve à ação transformadora; **a base da produção do conhecimento deve ser a realidade e seu movimento**; os conteúdos devem ser socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral; educação centrada no trabalho, com ênfase na cooperação; o ambiente educativo deve vincular a escola com os processos econômicos, políticos e culturais; gestão democrática; práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e a reflexão sobre valores centrados no ser humano; formação para a pesquisa; cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e

¹⁴ Algo similar seria observável no MAB: "os cursos de formação parecem ser, assim, uma instância privilegiada para a promoção de estratégias que estimulem essa unificação" (GUEDES, 2008: 17).

valorização da dimensão pedagógica da história; vínculo orgânico da escola às comunidades do campo; constituição de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores; avaliação como processo permanente, participativo em todos os momentos do processo educativo (MST, 2001 *apud* MARTINS, 2009: 140 – negrito meu)

Em outros documentos de formação política, do MST e do MAB, contudo, a teoria, marxista é valorizada positivamente em si mesma.

Trazemos, então, a partir do acúmulo da ENFF e das demais experiências dos trabalhadores e trabalhadoras, a proposta de trabalhar com três objetivos centrais:

1. Unificar o estudo dirigido a partir do método de análise marxista;
2. Retomar o estudo dos clássicos sobre a realidade brasileira, para compreendê-la e transformá-la; Fomentar e fortalecer o trabalho de base, a educação popular, a organização política (ENFF/MST, s.d.a: n.p.),

Embasamo-nos na ciência marxista como ferramenta para análise e compreensão da realidade (ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO MAB, 2008: 8).

No caso da ENFF, o marxismo vem acompanhado da leitura de interpretações nacionais a respeito da sociedade brasileira, afastando-se, ainda que preliminarmente, a identificação da formação política do MST com o tipo ideal pecebista, que é fincado mais centralmente numa produção intelectual de teor eurocêntrico – questão que será abordada em breve. Observa-se, ademais, a ocorrência, no referido documento, de termos comuns ao universo semântico do tipo ideal “educação popular”, tais como “trabalho de base” e a própria expressão “educação popular” – reflexo de origens históricas do MST que permanecem. Chega a ocorrer mesmo uma equiparação de significado entre as noções de “formação política” e de “educação popular”, como em Pizetta (2007: 249).

São complexas as relações entre teoria – referente de universalidade ou generalidade – e prática – que remete às realidades singulares de cada movimento e agrupamento social – nas reflexões sobre formação e educação na Via Campesina Brasil. Muitas vezes a teoria marxista é quase absolutizada, fazendo lembrar o tipo ideal pecebista: “a ENFF adota como fundamento o método dialético e o materialismo histórico com todo o legado marxista em desenvolvimento na história” (PIZETTA, 2007: 247). Em outros momentos – bem mais frequentes até onde pude verificar nos limites deste artigo – os espaços de formação política são como que dissolvidos nas práticas militantes dos movimentos, o que alude à menor

prioridade na transmissão de conteúdos constante do tipo ideal “educação popular”. A apreensão da teoria sempre teria que passar pelo “teste” da realidade, operação que só o formando/educando perfaz. Neste sentido, o “saber” dominado pelos formadores/educadores (intelectuais e/ou dirigentes) não deixa de ser relativizado ou mesmo posto em dúvida. Tal compreensão fica evidenciada em publicação do MAB: “Deve ser considerado como espaço formativo todo processo de organicidade interna, levando em conta ser um espaço coletivo, para exercitar na prática o espírito da militância baseado nos valores socialistas” (Escola Nacional de Formação do MAB, 2008: 3).¹⁵ E mais explicitamente em documento da Via Campesina Internacional:

Planteamientos políticos y principios de la formación - una concepción de formación [...]

- a) La formación debe estar ligada a un proyecto estratégico, político, a un proyecto de transformación de la sociedad. Este proyecto esta en construcción, la formación debe apoyar este proceso. **Debe facilitar muchas preguntas, dudas y verdades.**
- b) La formación debe ser parte de nuestras luchas y busca fortalecerles. Las actividades mismas son espacios de formación. Debe tener objetivos a medio e a largo plazo.
- c) **El punto de partida debe ser la práctica social de los campesinos.** Eso posibilita comprender, orientar, corregir, reorientar la práctica, construyendo de esta forma una interaccion dinámica y permanente entre práctica-teoría; **En este proceso debemos valorizar saberes autóctonos.** [...]
- f) Debemos integrar un pensamiento político abierto. Es importante reconocer la diversidad interna en La Vía Campesina. Hay que respetar las posiciones minoritarias. **No queremos crear una elite de dirigentes que van a tener el poder. Si invitamos “expertos/as” queremos reapropiar lo que nos dicen.** (La Vía Campesina, 2009: 190-191 - negritos meus)¹⁶

Esta contextualização da teoria transmuta-se em crítica ao conhecimento científico, apontando-se seus limites bem como conferindo valor a saberes produzidos autonomamente pelos grupos sociais

¹⁵ O depoimento da militante do MAB atuante na área de formação política corrobora o referido entendimento: “a luta, o enfrentamento, também é um dos eixos principais na formação, onde se dá a prática real, você visualizar de fato [pel]o que você está lutando, se organizando” (Entrevista, 2010).

¹⁶ A parte do documento relativa à formação política consiste num texto-guia, elaborado pelo MST, que foi discutido pelos participantes da Vª Conferência da Via Campesina Internacional ocorrida em Moçambique em 2008 (este fato pode evidenciar o significativo peso do MST na elaboração da formação política desta rede internacional - ver nota 2). A sede da Via Campesina, rotativa, localiza-se atualmente em Jacarta, Indonésia.

subalternizados: intenta-se “não subjugar o conhecimento popular ao conhecimento formal acadêmico, buscando um encontro mútuo entre estes diferentes conhecimentos no processo de estudo e pesquisa” (ENFF/MST, s.d.b: n.p.). A identificação com o tipo ideal “educação popular”, neste ponto, é clara. Em outro documento, segue-se na mesma linha:

Apropriar-se do conhecimento científico, compreendendo que este é construído coletivamente em um processo historicamente acumulado. Mas esse processo **não será centrado no acúmulo de conteúdos** e sim na experiência da troca, pois nossas trajetórias de luta são instrumentos valiosos para construir uma **teoria política** que apreenda os conflitos históricos e sociais vividos nas diversas situações de luta. E necessário [...] **conhecer as diversas áreas de conhecimento** já construídas pela humanidade (expressas de diferentes formas) para recriá-las, repensá-las e colocá-las a serviço da classe trabalhadora. [...]

O essencial é que os conteúdos tragam elementos para a autonomia reflexiva dos jovens... (ENFF/MST, s.d.c: n.p. - negritos do próprio texto).

Em materiais das organizações da Via Campesina e nas falas de militantes a teoria surge referida a clássicos do marxismo europeu (Marx, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci, entre outros) tanto quanto a figuras importantes da esquerda latino-americana – Che Guevara, Fidel Castro, Mariátegui... – e brasileira – Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Josué de Castro, além de outros (MARTINS, 2009: 143-144 e 148; PELOSO, 2007: 48; ENFF/MST, s.d.a: n.p.), o que certamente não configura um viés eurocêntrico – característico do tipo ideal pecebista – na formação política dos movimentos sociais rurais aqui investigados. Em contrapartida, uma anterior predominância de um difuso pensamento de esquerda latino-americano – reflexo da influência original da Teologia da Libertação, típica da “educação popular” – já não mais se verifica.

Outras contextualizações acerca da teoria marxista podem ser encontradas: “Retomar o método (materialismo histórico) como instrumento de análise [...]. Por outro lado, ser capaz de analisar criticamente os limites do pensamento marxista” (ENFF/MST, s.d.b: n.p.). Há aqui alguma distância do marxismo ortodoxo vigente na formação política típica-ideal pecebista. O que fica mais nítido quando se verifica que mesmo a produção intelectual fora do âmbito da teoria política *strictu sensu* é mencionada como conteúdo a ser ministrado para os formandos – algo incomum nas leituras presentes em atividades formativas: “O

processo de formação do povo brasileiro na perspectiva antropológica, cultural, política e social, baseado na construção de um olhar específico desenvolvido pelo pensamento intelectual propriamente brasileiro.” Esta insistência no que é “propriamente brasileiro” indica mesmo uma inversão da perspectiva eurocêntrica, ficando o lado nacional – ou latino-americano (dito periférico) – desta dualidade como polo central: “A história da luta de classes no Brasil tendo como principal referência o pensamento de Florestan Fernandes”¹⁷ – outro conteúdo elencado para cursos de formação. Igualmente, este foco em nosso “pensamento intelectual” (social) explica a ocorrência de obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda em bibliografias dos aludidos cursos (ENFF/MST, s.d.a: n.p.).

Em documentos das organizações e no plano discursivo da militância, a formação política é vista antes como estimuladora da autonomia reflexiva e crítica do educando do que como reprodutora de conhecimentos já consolidados, novamente aproximando-se do tipo ideal “educação popular” em detrimento do padrão pecebista: “Debe apoyar la capacidad de auto-reflexión y de auto-crítica de la persona sobre su propia manera de funcionar y actuar” (LA VÍA CAMPESINA, 2009: 191).¹⁸ Na mesma direção afirma Ranulfo Peloso que “a formação política” adequada é aquela “contrária a toda tentativa de reprodução de obedientes soldadinhos de chumbo.” (PELOSO, 2007: 48) Igualmente assevera a militante que atua na ENFF: “você tem que buscar respostas individuais e coletivas. E esse processo é que vai então formando. Mais do que o curso em si” (Entrevista, 2010).

Tal preocupação com a autonomia do educando se desdobraria em práticas organizativas a princípio menos hierárquicas e mais participativas: há um ideal de “direção coletiva”, intenta-se evitar uma “representatividade burocratizada”, reafirma-se que “o poder de decisão é responsabilidade do coletivo”, a “autogestão” é mencionada positivamente, “a centralização do trabalho” e “a prática personalista na organização” são criticadas – sempre no âmbito da formação política (ENFF/MST, s.d.c: n.p.). É possível que tal ênfase democrática no plano discursivo tenha dificuldades de se efetivar na realidade, como indica, por exemplo, Guedes (2008: 10) – algo a ser melhor apurado empiricamente. De qualquer maneira, a expressividade dessa preocupação horizontalizante sob o ângulo do formando – tão afeita ao tipo ideal “educação popular” – revela que a noção de uma disciplina

¹⁷ Lembre-se que a produção intelectual de Florestan Fernandes esteve sempre distante dos marxismos pecebista e soviético (este último, referência eurocêntrica maior para o PCB).

¹⁸ Em documento da CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo) encontra-se uma definição de autonomia política: “al concepto de autonomía, entendida esta como la capacidad y la determinación de actuar sin pedir permiso ni apoyo de las autoridades...” (CLOC, 2010: n.p.).

imposta de cima para baixo, característica da formação política pecebista, tende a ser valorada negativamente no quadro das atividades formativas da Via Campesina Brasil.

Esse centramento no educando – presente no processo pedagógico da formação política – é patente no depoimento da militante do MAB por mim entrevistada. Indagada por que teria o perfil para atuar como formadora, ela assim responde: “porque me dou bem nessa relação com as pessoas, isso quer dizer muito no processo de formação, no sentido do diálogo, da conversa, da aproximação...” (Entrevista, 2010). Temos aqui declarado um pré-requisito fundamental para esta área: a comunicabilidade – com o formando, que deve ser, por conseguinte, parte ativa no processo. Por sua vez, o domínio de conteúdos por parte do formador não aparenta ser tão decisivo.

Conclusão

A investigação em que se baseia o presente artigo abaliza concluir, ainda que não peremptoriamente, por uma maior conexão entre a formação política da Via Campesina Brasil – entendida enquanto experiência histórica em andamento – e o tipo ideal “educação popular” por mim sugerido para fins analíticos. É admissível que a chamada Pedagogia do Movimento do MST e as demais práticas formativas/educativas desenvolvidas no âmbito dessa rede de movimentos sociais rurais possam vir a configurar uma concepção própria, diversa tanto da pedagogia freireana que marcou as origens destes movimentos sociais rurais, quanto das influências marxistas clássicas retomadas a partir dos anos 1990. Todavia, as informações aqui coligidas assinalam uma distância significativa da formação política da Via Campesina Brasil em relação ao tipo ideal pecebista.¹⁹

A seguinte reflexão da militante atuante na ENFF pode ser útil para ilustrar este posicionamento da formação política do MST e da Via Campesina Brasil, como se estivesse entre a pedagogia freireana – ainda que mais próxima desta – e o marxismo pecebista:

No último encontro que nós tivemos, dos nossos educadores aqui da Escola [Nacional Florestan Fernandes], no final me deu vontade de sorrir. Eu nunca tinha participado de um evento, de uma atividade de discussão teórica, da formação política, que tivesse... veja só: trotskysta, leninista, luxemburguista, lukacsiano, gramsciano... [...] E conseguimos fazer um bom debate, uma boa discussão. Aí um professor lukacsiano disse:

¹⁹ Registre-se que os estudos sobre a trajetória da formação política pecebista consultados para este artigo não fazem alusão à pedagogia marxista clássica e soviética (Makarenko, Pistrak etc.) que passa a ser apropriada pelas organizações da Via Campesina Brasil.

“olha, só vocês fazem isso, que é impossível. Na Academia, a gente, se juntar essas correntes...” [...]

Porque nós, desde o início, nunca nos definimos como paulofreireanos. E nem como leninistas, nem como maoístas, nem como trotskystas, nem como luxemburguistas e etc. Entendeu? Nós sempre incorporamos todos eles. [...]

Eu acho que o elemento cristão na nossa formação do movimento possibilitou que [...] nos tornássemos tão plurais como nós somos hoje, sem nos tornarmos ecléticos. (Entrevista, 2010)

A busca de sínteses possíveis entre a matriz freireana e as diversas correntes do marxismo sem dúvida constitui um esforço – mais ou menos assumido discursivamente – das organizações componentes da Via Campesina Brasil no que tange à formação política. Busca que continuam empreendendo, mas repleta de tensões entre a tendência a repetir e reproduzir orientações políticas para seus formandos, por um lado, e a perspectiva de capacitar estes mesmos formandos a construírem autonomamente suas próprias orientações, velhas ou novas, para os movimentos de que participam, por outro.

Referências bibliográficas

- BOGO, Ademar. *Arquitetos de Sonhos*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Saber e Ensinar: três estudos de educação popular*. Campinas: Papirus, 1984.
- CALDART, Roseli. Teses sobre a Pedagogia do Movimento. *Boletim da Educação*, n. 11 (Edição Especial), 2006, p. 137-149.
- CEPIS. *Trabalho de Base – teoria e prática*. São Paulo, 2005.
- CLOC. *Proceso Organizativo de la Coordinadora Latinoamericana del Campo (CLOC) - documento preparatorio para el V Congreso de la CLOC*. Quito, 2010. Documento Interno.
- DUARTE, Newton. Luta de Classes, Educação e Revolução. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, vol. 3, n. 1, 2011, p. 128-138.
- ENFF/MST. *Programa Nacional de Formação de Jovens da Classe Trabalhadora em Movimento*. Guararema, s.d.a. Documento Interno.
- ENFF/MST. *Programa Nacional de Formação para Jovens da Classe Trabalhadora em Movimento - Turma Rio de Janeiro: síntese do debate*. Guararema, s.d.b. Documento Interno.
- ENFF/MST. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Formação Política para a Juventude da Classe Trabalhadora do Estado do Rio de Janeiro (versão preliminar)*. Guararema, s.d.c. Documento Interno.

- ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO MAB. *A Formação e o Processo Organizativo*. São Paulo, 2008.
- FLORESTA, Leila. *Escolas dos Acampamentos/Assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução?* Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. A Formação dos Cidadãos nos Cursos do MST. *Sociologias*, vol. 1, n. 2, 1999, p. 144-189.
- GUEDES, André Dumans. Pedagogia e Organização no Movimento dos Atingidos por Barragens. *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro, 2008.
- GUEDES, Armênio. Algumas ideias sobre a frente única no Brasil. *Novos Tempos*, n. 2, 1957.
- KUCINSKI, Bernardo. Do Discurso da Ditadura à Ditadura do Discurso. *Cadernos Diplô*, n. 3, 2002, pp. 46-49.
- LA VÍA CAMPESINA. *Documentos Políticos de La Vía Campesina - Vª Conferencia Mozambique*. Yakarta, 2009.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Formação Sindical – história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras, 1996.
- MANFREDI, Silvia Maria. *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.
- MARQUES, Antonio Francisco. A Educação Popular e o Resgate da Identidade Cultural das Classes Populares. *Ciência e Educação*, vol. 6, n. 1, 2000, p. 65-73.
- MARQUES, Mariana Pasqual. *Construção do Campo da Educação Popular no Brasil: história e repertórios*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- MARTINS, Suely Aparecida. *A Formação Política da Juventude do Movimento Sem Terra no Estado do Paraná*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2009.
- MEDEIROS, Evandro Costa de. *A Dimensão Educativa da Mística Sem Terra: a experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, 2002.
- MST. *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001.
- PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 2000.
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. Formação Operária: arte de ligar política e cultura. *Educação & Sociedade*, vol. 26, n. 90, 2005, p. 266-288.
- PELOSO, Ranulfo. Formação Política de Militantes – a experiência do CEPIS. *Cadernos de Estudos ENFF*, n. 1, 2007.

- PEREIRA, Eduardo Tadeu. A Experiência da Fundação Nativo da Natividade e sua Atualidade. *VI Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares*, São Paulo, 2009.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em Busca do "Novo" - intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2008.
- PIZETTA, Adelar João. A Formação Política no MST: um processo em construção. *OSAL*, n. 22, 2007, p. 241-250.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os Moinhos de Vento na América Latina. *Estudos Avançados*, vol. 19, n. 55, 2005, p. 9-31.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil. In: MORAES, J. Q. (org.), *História do Marxismo no Brasil vol. III Teorias - interpretações*, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998, p. 305-382.
- SANTOS, Raimundo. Introdução. In: SANTOS, R. (Org.), *O Marxismo Político de Armênio Guedes*, Brasília: FAP\Contraponto, 2012, p. 19-67.
- SAVIANI, Dermeval. As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira. *Sessão de Comunicações em História da Educação do HISTEDBR*, Campinas, 2005.
- SOUZA, Ozani Martiniano de. *O Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae: origem, consolidação e crise contemporânea*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- TANEZINI, Thereza Cristina Zavaris. MST: 20 Anos de Luta pela Reforma Agrária dentro de um Projeto Popular de Desenvolvimento para o Brasil e de Construção da Globalização Contra-Hegemônica. *Revista SER Social*, n. 15, 2004, p. 11-56.
- TORRES, Fausto. Necesidades de la Formación y Capacitación de los Campesinos y Campesinas. *IV Conferencia Internacional de la Vía Campesina*, São Paulo, 2004, p. 26-31.
- VAINER, Carlos. Building Transnational Civil Society: notes from the periphery. *Conference Building Transnational Civil Society*. Cambridge, 2001.
- VAINER, Carlos & VIEIRA, Flávia Braga. From the Valleys to Global Forums: learning for action in MAB. *Citizen Learning for Global Democracy Workshop Papers*, Nova Delli, 2010, p. 186-211.
- WEBER, Max. A "Objetividade" do Conhecimento nas Ciências Sociais IN: COHN, G. (org.), *Weber - Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.
- _____. Entrevista com militante da área de formação política da ENFF/MST. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Guararema, 2010. Arquivo sonoro digital.

_____. (2010), Entrevista com militante da área de formação política do MAB. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. São Paulo, 2010. Arquivo sonoro digital.

ORTEGA, Antonio César e Eduardo Moyano Estrada. A reforma da PAC (2014-2020) e os percalços de sua implementação: um ensaio. *Estudos Sociedade e Agricultura*, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 153-178, ISSN 1413-0580.

Resumo: (Pedagogia freireana e marxismo: a formação política na Via Campesina Brasil). Este artigo discute processos de formação política na Via Campesina Brasil, cujos movimentos nos últimos anos têm se preocupado notavelmente com as temáticas da juventude e da educação. Para fins analíticos, apresento dois tipos ideais de formação política: o tipo pecebista remete à antiga hegemonia comunista em nossos movimentos populares, enquanto o tipo “educação popular” é referido à influência da Teologia da Libertação e de setores marxistas dissidentes a partir dos anos 1970. A partir da análise de documentos recolhidos e de entrevistas realizadas, bem como da bibliografia pertinente, concluo no sentido de uma maior conexão entre a formação política da Via Campesina Brasil e o tipo ideal “educação popular”.

Palavras-chave: movimentos sociais, formação política, cultura política, pedagogia freireana, marxismo.

Abstract: (Paulo Freire's pedagogy and Marxism: political education in Via Campesina Brazil). This article discusses processes of political education in Via Campesina Brazil, whose movements in recent years have dealt remarkably with the themes of youth and education. For analytical purposes, I present two ideal types of political education: one refers to the old communist hegemony in our social movements, while the other refers to the influence of Liberation Theology and Marxist dissident sectors from the 1970s. From the analysis of documents collected and interviews, as well as the relevant literature, I conclude that there exists a greater connection between the political education of Via Campesina Brazil and the second ideal type.

Keywords: social movements, political education, political culture, Paulo Freire's pedagogy, Marxism.

Recebido em setembro de 2015.

Aceito em outubro de 2016.